

O Jornal Brasil Novo e as representações da Instalação do Estado Novo: uma possível leitura¹

Jacqueline da Silva Deolindo²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo é uma versão resumida do projeto de mestrado da autora e pretende investigar como o jornal semanal Brasil Novo, que circulou em Itaperuna/RJ na primeira metade do século passado, representou para seus leitores o ato de instalação do Estado Novo. Esse momento histórico é particularmente interessante para a Academia por abrigar diversos movimentos e as mais diferentes propostas políticas, que, pela primeira vez na história do país, ganharam adesão nacional e, a despeito dessas diferenças, visavam todas à construção de um governo democrático e participativo. O golpe de 37 significou uma virada de rumo da política brasileira e foi amplamente coberto pelos jornais, inclusive do interior, que tinham nas mãos o poder de representar os acontecimentos políticos e inferir no imaginário dos leitores.

Palavras-chaves: editorial, regime político, representações, Estado Novo

I – Introdução

O período que antecede a Terceira República foi um período da história social e política de nosso país que significou, em um primeiro momento, consideradas as insatisfações que se arrastavam desde os movimentos liberais de 1930, ano em que Getúlio sobe ao poder, e o temor da extensão da permanência do governo provisório, um período de intensa efervescência política. De um lado, diversos grupos políticos que

¹ Trabalho submetido ao núcleo Temas Livres em Comunicação do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista. Pós-graduada em Assessoria de Comunicação pela Faculdade de Filosofia de Campos. Aluna do mestrado em Comunicação Social pela UERJ. Professora do curso de Comunicação Social – habilitação Jornalismo das Faculdades Integradas Pe. Humberto, em Itaperuna/RJ.

reclamavam a legitimidade de suas ações porquanto se apresentavam como representantes do clamor nacional por um governo realmente democrático, por outro, a Nação via nascer um líder firme, que prometia levar o país em segurança ao seu restabelecimento, combatendo os perigos das correntes contrárias e amparando os trabalhadores e as famílias naqueles termos sociais esquecidos pela maioria dos liberais e que garantiu a Getúlio a aprovação das massas de parte significativa da burguesia³.

É notável a participação dos jornais brasileiros nessa campanha, uma vez que diversos veículos cumpriam não só a função de informar o desenrolar dos fatos, mas também a divulgação das idéias de grupos que se empenhavam de modo todo particular na construção dessa nova realidade. A centralização do poder por Getúlio Vargas em 1937 interrompeu a efetivação de tais projetos, uma vez que o Estado Novo suspendeu os direitos políticos, reorganizou a vida civil e centralizou as decisões referentes à sociedade como um todo, colocando em prática um governo populista que exercia sobre todas as instâncias uma vigilância tida por muitos como de inspirações fascistas – incluía-se aí o controle da imprensa.

O presente artigo tem o objetivo de verificar como o semanário Brasil Novo (Itaperuna/RJ) representou a instalação do Estado Novo no editorial da edição de número 365, de 26 de dezembro de 1937. O método a ser empregado para a realização deste estudo será a análise do discurso⁴. O trabalho também contará com a obra de Paulo Bonavides e Paes de Andrade, que oferecem uma análise das constituições brasileiras aparentemente sem viés, como apoio para a reconstituição do contexto no qual a peça jornalística em questão e esse fato histórico estão inseridos.

I- O contexto

1.1- A construção da Terceira República

O Brasil das décadas de 20 e 30 é um país que tem como meta o modernismo e a Europa como o seu mais perfeito modelo social, cultural e político. Ainda essencialmente agrário, o país engatinha como república – que havia sido proclamada há menos de 50 anos – e tem no governo pessoas ligadas a oligarquias que se

³ BONAVIDES, 1992, p. 265.

⁴ GILL Rosalind. Análise do Discurso. In: BAUER E GASKELL, 2003.

revezavam no poder desde o fim do Império. Estudiosos desse período histórico dão conta da existência de uma grande insatisfação social e política por parte de instâncias que se sentiam lesadas em sua representatividade. Tal insatisfação seria motivadora de movimentos de grande repercussão, como a Coluna Prestes, em 1929, e a Revolução Paulista, em 1932. Pela primeira vez na história do Brasil, os movimentos políticos ganham proporção e adesão de fato nacionais, não só no que se refere às diversas declarações de apoio, mas agora também à organização de grupos políticos que movimentam o interior e exigem participação na pauta de discussões sobre o rumo do país – até mesmo sugerindo um novo regime governamental, como o parlamentarismo, que obviamente ameaça a estabilidade de Vargas ⁵.

As prometidas eleições de 1938, que eram aguardadas com entusiasmo por diversos partidos políticos que se organizaram visando à ocasião, são suspensas em dezembro de 1937. Segundo defendeu na época Fernando Campos, o então ministro da Justiça, “o regime fora imperativo de salvação nacional” devido às liberdades dadas pela Constituição de 1934 para a formação de partidos políticos que proliferavam e faziam o país caminhar para a desordem⁶. Além disso, ainda segundo Campos, o povo mesmo apoiava Vargas, que já havia demonstrado merecer a confiança da Nação por ter “a marca dos predestinados” e pertencer à “estirpe dos condutores providenciais”⁷. O ministro de Getúlio Vargas continua a justificativa das últimas decisões creditando à centralização a salvaguarda da economia, que protegia o país da luta de classes. Por último, num desfecho de palavras fortes, arremata dizendo que o poder, na Constituição de 10 de novembro, tem unidade, porque “governo é um só pensamento e uma só ação”⁸.

Segundo Bonavides & Andrade, a Carta de 37, divulgada um mês antes do golpe, teve inspirações diversas – leiam-se os movimentos direitistas da Alemanha de Hitler e da Itália de Mussolini –, mas a maior delas teria sido a da Constituição da Polônia, que, assim como esses outros países, e agora o Brasil, agiu pronta e decisivamente para “proteger-se” do fantasma do comunismo que se avizinhava junto

⁵ Ibidem, p. 287.

⁶ Idem, p. 334.

⁷ Idem.

⁸ Idem, p. 338.

com desenvolvimento industrial – dissolveu a Assembléia Constituinte, a Justiça Eleitoral, os partidos políticos.

No entanto, a Constituição outorgada, além de jamais ter regulado o governo – a não ser pelo uso do poder de centralização – é considerada inválida desde sua origem, uma vez que o Estado Novo não observou itens relevantes do texto constitucional como aquele que reza que qualquer decisão do governo será submetida a plebiscito. Nem mesmo a Carta foi julgada pelo povo. Enquanto exercia a ditadura, Vargas continuava a se fazer presente nos cantos mais remotos do país garantindo, através da garantia dos direitos trabalhistas, por exemplo, entre muitas de suas ações pessoais e populistas das quais ainda hoje “beneficia-se” a Nação.

Bonavides & Andrade referem-se à Carta de 37 como uma “salada ideológica” e amparam-se em Edgar Carone, que conclui, em sua obra sobre “A Terceira República”, que o texto é “uma amálgama entre fórmulas fascistas, nacionalistas e de caráter liberal, a última como solução de camuflagem”⁹.

1.2 – O jornal Brasil Novo

Em 1937, Itaperuna era o segundo maior reduto eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, contando 160 mil habitantes e 17 mil eleitores, e constituía um importante centro de decisões econômicas e políticas. O semanário Brasil Novo circulou no município entre 1930 e 1955. Posteriormente, com as sucessivas mudanças de proprietário, o veículo teve tiragens esparsas até meados da década de 1980.

No período deste recorte, o jornal era propriedade do coronel Emiliano Silva, político local. Nas oito páginas do periódico, eram veiculados artigos e reportagens sobre acontecimentos da cidade, do Estado, do Brasil e do mundo – esses gêneros jornalísticos quase nunca representavam naturezas distintas. O estilo de diagramação e a cobertura jornalística seguiam os moldes dos grandes jornais da capital. O jornal também mantinha colaboradores de diversas outras cidades do Estado, assinatura de uma agência de notícias e troca de informações com associações de empresas jornalísticas, o que garantia a veiculação de notícias atualizadas a cada edição. A cobertura da arena política parece ter sido sua especialidade.

⁹ CARONE in BONAVIDES & ANDRADE. Idem, p. 345.

A fim de uma breve descrição da primeira página, onde se situa o editorial assinado pelo redator Sadi Sobral, jornalista e político, vale destacar que o mesmo reservava as primeiras duas colunas do periódico para a veiculação da opinião da empresa sobre os fatos, figurando, quase sempre, como um espaço de discussão política. Importante se faz lembrar que a referida equipe era toda ela engajada, nos anos que antecederam o golpe, no projeto de fundação do Partido Democrático Socialista de Itaperuna, considerado o maior partido do interior do Estado e lembrado, inclusive, pelo deputado Prado Kelly como importante apoio à candidatura do paulista Antônio Salles durante à corrida presidencial para o pleito de 1938.

A escolha do jornal Brasil Novo para a constituição do corpus deste trabalho deve-se ao fato de ser a coletânea das edições dos anos de 1937 a 1945 a única completa e disponível na biblioteca municipal¹⁰.

II – A análise

Conforme mencionado anteriormente, as edições do jornal Brasil Novo, assim como de qualquer outro jornal, apresentam uma gama variada de peças jornalísticas e publicitárias que figurariam como potencial material de estudo. A escolha do editorial para compor o corpus deste trabalho foi baseada no fato de ser essa seção reconhecida no mundo prático das redações e na Academia como aquela que contém a opinião (consensual) da empresa jornalística a respeito dos fatos cobertos. Desta forma, o editorial mostra-se como lugar privilegiado para analisar as representações da Terceira República construídas pelo jornal Brasil Novo. A escolha da instalação do Estado Novo como fato histórico privilegiado por este estudo justifica-se como se tratar de um momento-chave do período citado e por se constituir um recorte significativo mediante a brevidade deste artigo.

¹⁰ A biblioteca municipal conserva apenas as coleções do jornal Brasil Novo dos anos de 1932 a 1934 e de 1936 a 1948. De acordo com os funcionários, muito da hemeroteca da repartição foi perdida ao longo dos anos com as mudanças de prédio e a enchente que ocorreu na década de 70, inutilizando o acervo, do qual constavam outros títulos da imprensa itaperunense. Os jornais que circulam na cidade, apesar de sua longa trajetória, têm apenas arquivos posteriores a 1990. Não foram localizadas coleções completas junto a colecionadores e antigos jornalistas da cidade.

Cumpra registrar, ainda, que a escolha da análise do discurso como método irá possibilitar uma abordagem mais abrangente e, ainda assim, mais focada do texto argumentativo de natureza política.

2.1 – O Jornal Brasil Novo e a nova ordem política: Fase de transição

Sob o título “Fase de transição”, o editorial da edição do Brasil Novo de número 365, de 26 de dezembro de 1937, exprimia sua visão daquele momento histórico, tentava situá-lo em um contexto social e político e ensaiava expectativas com relação às promessas da nova Carta Magna. Ao analisarmos a estrutura do editorial podemos perceber três blocos argumentativos de natureza a princípio distinta. Observe:

BLOCO 1

Para o que vêm apreciando o panorama da evolução nacional, teve significativo relevo o evento de 19 de novembro.

Esse golpe de Estado atingiu profundas camadas da formação mental de nosso povo e interrompeu, de chofre, atividades políticas no momento justo em que elas se manifestavam mais intensamente por estarmos às vésperas do pleito eleitoral.

O governo resolveu, desde logo, dissolver os partidos políticos, as agremiações e sociedades que, pela expressão de número de seus prosélitos ou pela rigidez de sua disciplina, pudessem obstar às suas determinações, causar-lhes quaisquer embaraços ou pretender entrosar-se por qualquer formação na nova estrutura estatal.

Na série de medidas com o caráter de centralizar recursos e poderes, a própria autonomia dos Estados, exceção feita a Minas Gerais, desapareceu com as intervenções.

Com o simbolismo da queima das bandeiras dos Estados, a pomposa e soleníssima festa cívica de 27 do mês passado, atendeu-se a uma das facetas do prisma nacionalista da nova ordem de coisas.

E aí vem, sob a forma de decretos-lei, de códigos e de regulamentos, providências complementares ao acabamento da obra iniciada.

Mas modificações de tal magnitude ao regime sob que viveu a Nação durante quase meio século não se podem efetivar tão abruptamente, ao simples efeito de um decreto e de um gesto, por justas que pareçam ou por propício que lhes possa parecer o ambiente político e social do país.

BLOCO 2

Qualquer movimento revela a existência de uma força, que é resultante de ações e reações. É fenômeno que se observa nas órbitas da física, da moral e da política.

A continuidade do movimento, sua aceleração ou seu retardamento a sua uniformidade, a sua direção, a sua intensidade, as suas características enfim, são a função direta da ação que o produz e à reação que se opõe à existência daquele.

Ao período inicial, segue-se um interregno necessário ao ajustamento dos fatores da ação e da reação.

É o que se pode denominar período de transição.

É nesse que nos achamos inelutavelmente neste instante.

BLOCO 3

Através da rádio-difusão, da imprensa investida das honras da função pública, e de outros meios de propaganda e convicção, o governo procura consolidar a obra que tomou sobre os ombros, desenvolvendo com rapidez todos os meios de ação que tornem fáceis os seus movimentos, do mesmo passo que corta cerce as possibilidades de reações pessoais, de partidos e de agremiações.

A campanha está hoje dirigida contra o personalismo que predominava na política nacional transformando-a em pura e simples politicagem. Os arautos da nova era expõem ao público o erro dessa mística que por tão dilatados anos corroe o civismo, e o exprobram com certa dose de razão.

A influência pessoal nas administrações é, de fato, um mal que precisava e precisa ser extirpado do nosso organismo político. E a oportunidade para o combate a esse mal não pode ser outra que a dessa fase de transição do regime, acentuada esta pelas reformas e adaptações dos velhos moldes e órgãos administrativos aos postulados da nova Carta Magna.

O Estado do Rio de Janeiro tem sido, entre as demais unidades brasileiras, das maiores vítimas desse mal político: exceção feita a poucos de seus governos, tudo nele se tem resolvido ao critério do mais estreito personalismo; por isso mesmo, sua influência política desaparecera, de há muito, do quadro nacional.

O governo central tem a responsabilidade das transformações necessárias ao fortalecimento das novas instituições; a ele compete orientar, nesse período de transição, as forças vivas da nação para o aperfeiçoamento social e político.

O mal do personalismo político deve, portanto, sofrer combate sem tréguas antes do término desse período de transição, também chamado de estado de emergência, e que, ao nosso ver, findará na data da realização do plebiscito de que nos fala a nova Constituição.

Procedendo à análise do discurso presente nesta peça jornalística, procurarei, inicialmente, identificar o lugar da fala do autor nos blocos acima transcritos a fim de demarcar seu ponto de vista com relação ao objeto, ou seja, a instalação do Estado Novo. Ao mesmo tempo, verificarei a articulação dos argumentos, as demonstrações e os desdobramentos em cada um desses momentos.

2.1.1 – Um governo que golpeia

A partir de suas referências à última ação do governo, a saber destituição da Carta de 34 e a promulgação da Constituição de 37, que marcou o início de um novo regime, pode-se perceber que o editorialista fala em nome de um grupo que se mostra surpreso com os acontecimentos e se posiciona como contrário ao método utilizado para se instalar uma nova ordem social e política no país. Além disso, o editorial exprime o sentimento de quem teve seu curso natural de atividade interrompido incisivamente e sem aviso prévio. Mas essa atividade interrompida “de chofre” não se tratava de uma atividade qualquer: era uma atividade que tinha como meta as eleições presidenciais em janeiro. O autor usa um tom de reclamação para externar que mesmo o processo eleitoral que garantiria a representatividade requerida pelos partidos e grupos lhes foi negada. Tal grau de insatisfação pode ser percebido quando Sadi Sobral coloca os partidos, grupos e agremiações no lugar de vítimas do “golpe” que “atingiu profundas camadas da formação mental de nosso povo”, frase que deixa entrever também um sentimento de perturbação e perplexidade com relação a uma atitude que irá refletir também na vida do cidadão comum, não só do homem político, segundo o autor.

Relembrando a cerimônia da queima das bandeiras, no Dia da Bandeira, o redator usa as palavras “pomposa” e “soleníssima” em um sentido que deixa entrever um repúdio a um evento que ele relaciona à queima da autonomia dos estados efetivada pela destituição da figura do governador.

Após construir essas duas figuras de linguagem – a metáfora do “golpe” e a metáfora da “queima” – o autor instala seu argumento: “modificações de tal magnitude ao regime sob que viveu a Nação durante quase meio século não se podem efetivar tão abruptamente”. Mais uma vez, Sadi Sobral recorre a um ethos que, ao contrapor “modificações magníficas” a “efetição abrupta”, confere um significado de inadequação ao novo regime.

Até o momento, pode-se dizer que seu interlocutor é, senão o próprio estado. Sua fala parece estar revestida de um senso exortador: o editorialista quer mostrar que compreende as intenções da ação governamental.

2.1.2 – Uma ação que merece reação

No segundo bloco, que costura o argumento do primeiro com o argumento do terceiro, o editorialista fala do lugar de quem tenta analisar os motivos e os desdobramentos relacionados ao novo regime. Recorrendo “à lei da ação e reação”, sua

fala mais parece estar direcionada às entidades civis “vitimadas” pelo “golpe”, incentivando-as a observar os fatos e tomar uma atitude adequada frente aos mesmos, responsabilizando-as pelas características e pelo futuro do regime, do que ser uma tentativa de justificar a ação do novo regime, que seria, por sua vez, uma reação às ações questionáveis do personalismo político que serão denunciadas parágrafos abaixo. No entanto, esta última compreensão não está de todo descartada da análise, podendo, inclusive, funcionar como um entendimento complementar desse discurso específico.

Ainda no segundo bloco, ficamos diante de uma lista tríplice – a ação e a reação são funções equivalentes observáveis nas órbitas da “física, da moral e da política” – cujo clímax, costurado pelas palavras “moral” e “política”, parece ser retoricamente eficaz, porque justifica e tem como legítima uma possível pronta resposta à traição implementada pelo Estado Novo aos anseios democráticos dos diversos grupos que se preparavam para as prometidas eleições de janeiro.

2.1.3 – Questionando as intenções dos “arautos da nova era”

No terceiro bloco, o editorial claramente denuncia o uso dos meios de comunicação de massa pelo novo regime. Observamos que quando fala “da imprensa investida das honras da função pública”, na verdade, o sentido pretendido é o oposto, justamente indicar um despimento da função pública a partir do momento que estes meios servem a um propósito unilateral, na verdade quase uma “desonra” ou uma “violação da honra” quando se insinua uma cooptação ou um tipo de censura.

Depois de falas agressivas e posições bem demarcadas, o editorial parece expor “um outro lado da questão” e analisar possíveis prós do discurso governamental. Diante de uma trajetória democrática marcada pelo “personalismo”, o próprio texto ao lembrar da História política brasileira expõe, pela primeira vez, os argumentos do governo proclamados pelos “arautos da nova era” – dessa vez, ao contrário de representar violência, a metáfora recorre a figuras de linguagem relacionadas ao religioso, à “mística”, categorias historicamente guardiãs e propagadoras da Verdade. Mas, ao contrário de reconhecer tal “função divina” no comportamento do governo, o autor constrói seu texto de forma a demonstrar que se a intenção do “golpe” é, de fato, se valer de um problema verídico, a saber os vícios políticos da Nação, e se apresentar como o “predestinado” a instalar no país uma “nova ordem”, então há realmente trabalho a se fazer.

A partir daí e baseando-se nessas digressões, podemos compreender a reta final do texto como sendo um desvelamento sutil das reais intenções do governo, ele mesmo provavelmente personalista e focado em intenções pessoais. Daí surge a leitura de um conselho: “O mal do personalismo político deve, portanto, sofrer combate sem tréguas antes do término desse período de transição” porque “a continuidade do movimento, sua aceleração ou seu retardamento a sua uniformidade, a sua direção, a sua intensidade, as suas características enfim, são a função direta da ação que o produz e à reação que se opõe à existência daquele”. Tal colocação, então, antes de representar um bloco de idéias contraditórias ao primeiro bloco do texto, como aparentemente poderia se apresentar numa leitura superficial do editorial, seria mais uma confirmação de passagens anteriores em que Sadi Sobral externa sua insatisfação e fala sobre “ajustamento” e “reação”.

A declaração de uma expectativa aparentemente positiva com relação ao plebiscito, nesse contexto, soaria como uma crença no fim do “estado de emergência” através das urnas, quando os partidos, as agremiações e as sociedades teriam oportunidade para dizer “não” à carta outorgada e ao regime.

3 – Conclusão: as representações do Estado Novo no Jornal Brasil Novo

Celso Pereira Sá orienta que o estudo das representações que se valem dos meios de comunicação como suporte de veiculação seja feito a partir da classificação dos sistemas em “ ‘difusão, propagação e propaganda’ ”, categorias que se articulam com as idéias de opinião, atitude e estereótipo, respectivamente¹¹.

Sobre os meios de comunicação, Jodelet diz que são suportes a partir do momento em que “retroalimentam as representações, contribuindo para sua manutenção ou sua transformação, ou ainda (...) para sua manutenção enquanto se transformam e para a sua transformação enquanto se mantêm”¹².

Olhando dessa maneira para o editorial “Fase de Transição” do Jornal Brasil Novo, percebemos sua inclusão na categoria “propaganda” de Sá, uma vez que claramente cumpre o papel de formar um estereótipo do novo regime, ou seja, ao emitir sua opinião a cerca dos fatos, desenha traços da face do governo, retrato este que é

¹¹ SÁ, 1998, p. 72 .

¹² JODELET in SÁ 1998, pp. 73-74.

revestido de solidez graças à função que os meios de comunicação, de um modo geral, desempenham na sociedade.

Na peça jornalística analisada encontramos características atribuídas ao Estado Novo que dão conta de um regime que não dialoga e que toma a si as responsabilidades da transformação da vida social e política da Nação sem permitir a aproximação de colaboradores. Também percebemos que, por ter “agido à traição”, cortando movimentos políticos que havia incentivado, esse governo de transição desperta hostilidade e deve ser tratado de formas a durar o menos possível. Com certa dose de ironia e muita sutileza, o autor do texto repete o discurso dos agentes do regime, apresentando-os como mensageiros e construtores de uma nova ordem, para depois, com muita sutileza, desconstruir tal discurso a partir da representação da prática política comum no país como sendo de caráter “estritamente personalista”.

Referências bibliográficas

BAUER, Martin W., e GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2003

BONAVIDES, Paulo e ANDRADE, Paes. História Constitucional do Brasil. São Paulo Paz e Terra, 1991

Phase de Transição. Jornal Brasil Novo, n. 365. Itaperuna, Rio de Janeiro: 26 de dez. de 1937.

SÁ, Celso Pereira de. A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro: Uerj, 1998